

---

## O Lugar das Ciências Sociais Como Motor de Mudança: o Caso de Moçambique<sup>1</sup>

Teresa Cruz e Silva

### Introdução

No decorrer da década de 2010 a África celebrou vários marcos simbólicos que assinalam o processo de profundas transformações políticas que ocorreram no seu percurso histórico mais recente. É assim que, depois das comemorações dos 50 anos das independências Africanas, que tiveram lugar em 2010<sup>2</sup>, no ano seguinte se celebraram os 50 anos da realização da Conferência de Chefes de Estado de Casablanca<sup>3</sup>, e no mesmo ano (2011), também se festejaram os 50 anos da realização da 1ª Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas (CONCP) que teve igualmente lugar em Casablanca, em Abril de 1961<sup>4</sup>. O contexto em que estas comemorações ocorreram produziu inúmeros momentos de reflexão sobre os caminhos trilhados pelos países Africanos e sobre o futuro deste continente.

Embora situados em contextos socioeconómicos e políticos diferentes dos vividos na década de 60 e perante uma África que vive as pressões globais das mudanças políticas, económicas e sociais que se vêm operando desde meados século XX, revisitar os processos que deram origem às independências Africanas e repensar os percursos pós-independência, parece ser um desafio presente para percebermos a razão da perpetuação de alguns problemas que vivemos ainda hoje no continente. Como testemunha Carlos Lopes:

O mundo mudou muito, tanto em termos geopolíticos, como em compreensão histórica e sociológica do nacionalismo, da construção das nações e dos valores

democráticos. Mesmo assim, continuam notórias as dimensões fundamentais enfrentadas pela globalização – redução da desigualdade e da pobreza, sustentabilidade do planeta, diferenças de poder e desafios éticos e religiosos – tão presentes no movimento nacionalista das décadas de 1950 e 1960 (Lopes 2011:7).

Assumir os desafios acima mencionados e já há muito propostos por Shivji (2005), sobretudo quando estamos a falar das antigas colónias portuguesas em África que apenas se tornaram independentes na segunda metade dos anos 1970, leva-nos necessariamente a revisitar os processos de criação das instituições de ensino superior<sup>5</sup> nestes mesmos países e seu posicionamento hoje, face aos novos desafios permanentemente impostos aos seus cidadãos. Neste exercício de reflexão, tomamos como ponto de partida as lições deixadas por Amílcar Cabral, Eduardo Mondlane e Aquino de Bragança, antes de nos debruçarmos especificamente sobre a educação terciária.

Amílcar Cabral, um dos mais destacados dirigentes nacionalistas da época, é sem dúvida uma figura incontornável no processo de compreensão dos processos políticos porque passaram as antigas colónias portuguesas em África na sua busca pela liberdade e independências nacionais. É assim que no dizer de Carlos Lopes:

Para Cabral o factor mais importante era o conhecimento da realidade. Ele acreditava que apenas uma identificação específica de um local permitia equacionar a sua transformação. O entendimento da cultura de um lugar é condição necessária para poder ancorar o processo de transformação. A existência de uma ética própria serve para aumentar o sentido de comunidade e de auto-estima, factores entre os mais valorizados na capacitação dos indivíduos, instituições e sociedades (Lopes 2006).

A tese de Cabral sobre a libertação como um acto cultural (Cabral 1978), reforçada pela acima referida necessidade do conhecimento da realidade, constituiu, e constitui ainda, uma base para a procura de caminhos para essa mesma libertação, onde a educação e a ciência ocupam um lugar privilegiado no desenvolvimento dos povos. A tónica posta nos seus escritos sobre a crise da revolução Africana assente em práticas deslocadas da realidade concreta do meio (Lopes 2006; 2011; Cabral 1978), foi compartilhada por Eduardo Mondlane, primeiro presidente da Frente de Libertação de Moçambique – FRELIMO, para quem era igualmente importante que as análises de uma determinada condição se pudessem inserir dentro de uma situação concreta (Mondlane 1985). Mais tarde, e numa realidade completamente diferente, onde o foco da luta tinha já ultrapassado a questão da libertação do continente do jugo colonial e se situava nos combates que era necessário realizar para fazer face aos desafios de um país independente pressionado pelo ambiente regional que se vivia na África Austral e outras pressões internacionais vindas do ocidente, Aquino de Bragança, no seu frequente questionamento sobre o papel da ciência e dos cientistas sociais, retoma a questão da importância que é necessário dar às realidades nacionais, quando defende a urgência de uma produção que não seja meramente ‘extrovertida’<sup>6</sup> (Bragança e

Depelchin 1986) e quando refere ainda que a ciência e o conhecimento devem aparecer reflectidos nas políticas públicas (Santos 2012, apud Beittel 1980:6).

Partindo destas reflexões, e situados num contexto histórico de um presente mais agressivo e dominado por políticas mais excludentes, cabe-nos a tarefa de interrogar o futuro. Para isso trazemos para debate questionamentos sobre o papel que cabe à educação, e neste caso particular às Instituições de Ensino Superior (IES). As nossas reflexões tomam também em consideração que a problemática da educação foi e continua a ser um aspecto candente, pelo papel que ela deve desempenhar no desenvolvimento do continente Africano.

Depois da Introdução, o nosso texto i) aborda a problemática das Ciências Sociais e a produção científica nas universidades públicas em Moçambique, numa perspectiva que parte de Si, mas situando-se num contexto mais geral do continente Africano; ii) avalia as práticas universitárias e os desafios permanentes a que a mesma está exposta, e iii) tenta fazer um breve balanço entre as práticas e as necessidades de transformação em Moçambique, ao mesmo tempo que insere esta discussão em estudos sistemáticos que se vêm produzindo sobre a situação do ensino superior em África. As ilustrações utilizadas ao longo da nossa discussão partem sempre das universidades públicas, e tomam a Universidade Eduardo Mondlane como caso-tipo, com enfoque para o período 1985-2011/12.

### **As Ciências Sociais e a Produção Científica nas Universidades Públicas**

N'dri Aissé-Lumumba (2005), numa das suas análises sobre a problemática do ensino superior no continente Africano, num tempo e num espaço históricos diferentes dos contextos que marcaram as décadas de 1950 e 1960, retoma a questão da cultura e da análise da realidade social já abordadas por Cabral (1978) ou Mondlane (1985), e mais tarde Bragança, para justificar que a transformação das instituições educacionais não pode ignorar que o indivíduo ocupa um lugar na sociedade que lhe confere um sentido de pertença, onde se ancora. A autora defende ainda que uma reconceptualização do ensino superior no continente não pode ignorar as realidades que levaram às transformações pelas quais este sistema passou, partindo do princípio que este deverá desempenhar o papel de instrumento fundamental no progresso social de África (Aissé-Lumumba 2005:23). Partindo das realidades em que se insere e actua o ensino superior, começarei assim por avaliar brevemente a situação da pesquisa nas Ciências Sociais em Moçambique.

Estudos sobre Moçambique referem a existência de uma pesquisa em Ciências Sociais limitada e constringida pelos interesses ideológicos do regime, durante a vigência da dominação portuguesa em Moçambique (Cruz e Silva 2000; 2005; Silva *et al* 2002; Meneses 2005). Os mesmos estudos analisam quer os esforços realizados por cientistas sociais e algumas instituições de ensino e pesquisa no *volte face* desta situação, debruçando-se ao mesmo tempo sobre os grandes problemas enfrentados pelas instituições de pesquisa e ensino no país. Neste período,

à excepção de algumas instituições ligadas ao sector público, a maior parte da pesquisa em ciências sociais e humanas desenvolveu-se na universidade.

Em Moçambique, da mesma forma que na maior parte dos países colonizados por Portugal que tiveram as suas independências na segunda metade da década de 1970, a primeira década do pós-independência foi marcada por apenas uma universidade, cuja emergência remonta ao período colonial (1962). Apenas em 1985/86 nasceram mais duas instituições de ensino superior públicas, ao que se seguiu na década de 1990 e 2000 um aumento gradual das mesmas (MESCT 2004; 2005).

O desenrolar das décadas de 1980/90 testemunha em muitos países Africanos o processo de uma abertura democrática. Na área da educação superior, os períodos que se seguem, contraditoriamente com esta situação, são marcados por políticas tendenciosamente excludentes no que se refere ao acesso de determinados grupos sociais às IES, incluindo as mulheres, e na maioria dos países as universidades passam a estar sujeitas aos interesses empresariais. A década de 1990, como referimos, corresponde no entanto a um período de expansão do ensino superior.

‘A aprovação da Lei 1/93, que estabelecia, pela primeira vez, um regime legal em que se abria espaço à entrada de operadores privados no estabelecimento de instituições de ensino superior em Moçambique’ (Rosário 2012:92) levou à emergência das primeiras IES privadas em Moçambique, processo que foi acelerado na década seguinte. Em 2010, entre as IES públicas e privadas o país totalizava 38 instituições e 81250 estudantes, cobrindo as capitais provinciais e vários distritos, contra 16 ISP em 2005 e um total de 28.000 estudantes durante o mesmo período (Martins 2011).

A imposição de políticas neoliberais a que foram sujeitos os países Africanos depois de meados da década 1980 resultou num processo que conduziu a reformas económicas e dos serviços sociais públicos colocando as instituições nacionais ao serviço do capital. Nesta linha de desenvolvimento, a educação foi severamente afectada e as universidades ficaram reféns das agências financiadoras internacionais. Assiste-se então à privatização acelerada da educação e ao deslocamento de recursos das instituições públicas para a esfera do direito privado.

Embora passando por um processo mais tardio de reformas a situação do ensino superior em Moçambique não difere muito do sucedido no resto do continente. Tal como outras IES, o impacto das alterações económicas e políticas quer seja num contexto mais global quer a nível nacional, reflectem-se directamente no ensino superior com uma evidente diminuição de recursos para o ensino público; uma cisão cada vez mais profunda entre o ensino e a pesquisa; rápida expansão do ensino superior, baixa qualidade do ensino; problemas infra-estruturais. Acrescem-se a estes pontos as reformas curriculares feitas de cima para baixo e a imposição de modelos que descuraram as realidades locais. Ilustrando esta

situação, Jamisse Taimo (2010) traz-nos o exemplo da aprovação da Lei 27/2009 de 29 de Setembro que adopta o modelo de três ciclos de formação, como forma de incorporação no subsistema de ensino superior, do modelo de Bolonha.

Na sua análise sobre o Ensino Superior em Moçambique e seu processo de expansão, Lourenço do Rosário<sup>7</sup> confirma os problemas acima assinalados e aponta algumas das suas falhas, a partir da década de 1990, resultantes de: i) uma ‘desordem de crescimento que não cuidou nem sequer em cumprir com o que estava estabelecido na própria lei do Ensino Superior’ (Rosário 2012: 93); ii) debates ‘politizados’ relativos ao Ensino superior, e iii) uma tomada de decisões administrativas sobre questões de índole académica, onde entre outras se situa a reforma curricular (Rosário 2012).

Muito embora o crescimento das IES possa reflectir a expansão acelerada da educação terciária com uma extensão geográfica nacional cada vez maior, fica claro que isso não significa necessariamente uma massificação do ensino superior. Para ilustrar esta afirmação, tomamos como exemplo a taxa bruta de admissão em 2011, de apenas 1.9% (Martins 2011).

Se tomarmos de empréstimo de Claude Ake, a ideia de que as liberdades académicas devem permitir a realização da pesquisa e a disseminação do conhecimento sem deixar de criar espaços de discussão que possibilitem determinar o que pode ou não ser estabelecido como objecto deste mesmo conhecimento, permitindo a livre criatividade e estimulando ideias novas (Ake 1994:20), fica claro que um sistema burocrático de administração universitária como o que caracterizou o ensino superior público em Moçambique nos últimos anos e acabado de anotar nos parágrafos anteriores, se distancia da ideia de liberdade académica (Cruz e Silva 2010b). Neste contexto, é legítimo perguntar se as transformações porque tem passado a universidade pública em Moçambique, particularmente depois dos anos 1990, responde à Missão para que as universidades foram criadas, ou se pelo contrário, os imperativos políticos aparecem acima dos imperativos de carácter pedagógico.

Hocine Khelifaoui (2009), ao tratar da educação, comenta sobre a aplicação do modelo de Bologna ao Ensino Superior:

The reform, presented in the dominant discourse as an “inevitable” fact, linked to the requirements of “globalization”, has resulted in little significant public debate on the reality and the future of HE, or even on the content of the reform itself (Khelifaoui 2009:22).

O exemplo de Khelifaoui acabado de descrever não difere muito do que sucedeu em Moçambique, onde também, a exclusão de estudantes e académicos na construção das suas próprias instituições através do processo de reformas, ao cortalhes a possibilidade de exercerem os seus direitos como agentes e supervisores no sistema de políticas públicas da educação, os colocou perante um claro

problema de ausência de liberdades académicas (Khelfaoui 2009). As correcções feitas posteriormente a este processo, embora tivessem tentado minimizar os impactos destas políticas não conseguiram apagar os danos causados numa das cadeias do processo de ensino-aprendizagem no país, com consequências para o tipo de quadros formados. Situações como estas conduzem-nos a revisitar os questionamentos cada vez mais frequentemente colocados pelos académicos sobre a nossa responsabilidade perante os desafios do Sec. XXI para o continente Africano e sobre qual o papel a desempenhar pelas Ciências Sociais para o reverter da situação existente?

Em 2009, Moustapha Tamba publicou um estudo relativo à pesquisa que se realiza na Faculdade de Letras e Ciências Humanas da Universidade Cheikh Anta Diop no Senegal (Tamba 2009), tendo concluído que em 50 anos de pesquisa, 81% da produção se referia às memórias dos estudantes e que os trabalhos de pesquisa apareciam reflectidos nas memórias de mestrado, teses de doutoramento e nos artigos científicos publicados na revista da Faculdade. Embora não tenha conseguido fazer um levantamento sistemático dos trabalhos produzidos nas universidades públicas em Moçambique nos últimos 25 anos, a breve pesquisa que realizei nas duas mais antigas universidades públicas de Moçambique, isto é, a Eduardo Mondlane (1962) e a Pedagógica (1985) e tendo em conta que cada uma delas tem um efectivo muito mais reduzido de docentes e de estudantes que a universidade estudada por Tamba, encontrei mesmo assim uma situação, num certo sentido, semelhante, à da Cheikh Anta Diop, ou seja, a maior parte da produção concentrada em memórias de licenciatura e mestrados, e em teses de doutoramento. Se tivermos em conta que em Moçambique a introdução de mestrados tem uma história muito recente e que os doutoramentos na área de ciências sociais para além de serem igualmente recentes não cobrem ainda todas as disciplinas de Ciências Sociais que se ministram nestas universidades, concluiremos que a produção dos estudantes é ainda menor do que poderíamos supor. Moçambique ascendeu à independência com a herança de uma elevada taxa de analfabetismo e com uma única universidade onde a maioria dos estudantes e professores eram portugueses. A reconversão do processo foi lenta e a maioria dos seus jovens docentes moçambicanos fizeram os estudos de pós-graduação desempenhando funções de assistentes universitários. Consequentemente, a pesquisa de muitas memórias de mestrado e teses de Doutoramento foi realizada pelo corpo docente destas duas instituições. As situações acabadas de referir, se por um lado são o exemplo do imenso esforço que se tem realizado na formação do corpo docente, por outro lado testemunham o longo caminho que ainda é necessário percorrer.

Os primeiros 20 anos de independência do país mostram-nos uma pesquisa nas disciplinas de ciências sociais maioritariamente concentrada na Universidade Eduardo Mondlane e direccionada para responder aos problemas nacionais no contexto da África Austral e a recuperação da história de Moçambique que havia sido deturpada e manipulada pela ideologia colonial (Cruz e Silva 2005). Com a

abertura ao mercado depois de meados da década de 1980, o foco dos problemas sofre uma alteração não só por influência das mudanças mundiais e dos novos temas de interesse na pesquisa, mas também pela redução gradual dos financiamentos para a investigação e da corrida desenfreada ao sistema de consultorias. Em Moçambique, tal como nos ilustra Swayerr<sup>8</sup> para o resto do continente, ‘com a redução dos fundos institucionais para a pesquisa a tendência é que os fundos são provenientes dos doadores ou outros financiadores sem o envolvimento directo da universidade. Particularmente nas ciências sociais, este padrão levou a um crescimento da individualização e da informalização da pesquisa’ (Swayerr 2004 b: 219; 2004 a). Apesar dos esforços feitos por algumas instituições para reverter este processo, cresce a referida individualização e informalização da pesquisa, que marginaliza os mais jovens com menos oportunidades de acesso a este tipo de financiamento, ao mesmo tempo que fragiliza a instituição.

A publicação dos resultados de pesquisa continua a ser uma das grandes fragilidades das instituições de ensino superior públicas em Moçambique. O problema de financiamentos para manter actualizadas publicações periódicas produzidas nas Faculdades e Centros, reflecte-se nas revistas com maior tradição nesta área, como são os casos da revista *Arquivo* e de *Estudos Moçambicanos*, marcadas por altos e baixos. A já referida individualização da pesquisa tem também impactos na publicação que é muitas vezes virada para o exterior, ou seja, uma produção ‘extravertida’ (Hountonji 1995). Neste processo, ficam novamente excluídos os mais jovens pelo ainda frágil sistema de disseminação dos resultados em publicações periódicas das instituições nacionais e pela dificuldade de acesso a revistas internacionais. Não podemos negar que entre estas instituições mais antigas que constituem nossos estudos de caso se realizam esforços para fazer crescer espaços de debate científico mais incluídos<sup>9</sup>, o que não nos pode iludir sobre a necessidade de criação de mais espaços de discussão, e meios de disseminação de resultados mais eficazes e respeitando padrões internacionais.

### **Práticas Universitárias: um desafio sempre presente**

A redução, e em muitos casos a ausência de financiamentos para a pesquisa e a não existência de infra-estruturas básicas e sistemas apropriados de gestão, são caminhos para que as IES, ou os investigadores, individualmente, cedam rapidamente à sedução das propostas do mercado, que conduzem quer a uma imposição do desenho das agendas de pesquisa, quer à já referida individualização e informalização dessa mesma pesquisa. Perde-se assim, gradualmente, a cultura institucional de suporte à pesquisa. Os baixos salários auferidos pelos docentes universitários levam a que muitos sejam seduzidos pela corrida ao ensino simultâneo em várias universidades, os designados ‘professores turbo’, como forma de suprir as necessidades básicas do seu dia-a-dia, colocando em risco a qualidade do ensino ministrado.

Os constrangimentos e as barreiras cada vez mais altas que se erguem à produção científica, se colocadas em paralelo com a expansão do ensino superior sem que para isso se tivessem criado as necessárias condições em termos infra-estruturais (instalações, bibliotecas, meios auxiliares de ensino) e de recursos humanos (número de professores), tem como consequência lógica a transformação das universidades em simples reprodutoras de conhecimento em lugar de produtoras, e uma visível baixa de qualidade de ensino, onde a farsa das exigências vai baixando (nivelada por baixo) na medida do enfraquecimento crescente da qualidade do ensino pré-universitário, o que leva o sistema educacional e seus diversos subsistemas a entrarem num ciclo vicioso difícil de romper.

Depois que o ensino superior em Moçambique passou por uma fase de emergência como universidade nacional após a independência do país (1975), e se consolidou e autonomizou, passa agora pela sua fase mais difícil, dados os problemas acima mencionados. A fraca qualidade do ensino e as barreiras colocadas ao desenvolvimento da pesquisa e sua disseminação têm já reflexos directos na qualidade dos graduados e pós-graduados que são oferecidos ao mercado do trabalho. As IES, a médio e longo prazo sentirão os efeitos da fraca qualidade de ensino no seu próprio processo de recrutamento de novos elementos para o seu quadro académico, o que terá repercussões difíceis de ultrapassar, no futuro. Embora num processo de revisão, presentemente, a avaliação de desempenho do corpo de académicos (docentes/pesquisadores) das universidades públicas coloca um grande peso na docência, em detrimento das actividades de pesquisa, o que não estimula a investigação científica. Da mesma maneira, os requisitos para a progressão na carreira docente, exigem apenas a produção de um número mínimo de trabalhos científicos, sem uma exigência clara de requisitos, como por exemplo a publicação em revistas indexadas ou com revisão de pares, entre outros aspectos, o que acaba igualmente por não estimular a pesquisa e a publicação de resultados.

A contradição entre as práticas correntes e a missão de uma universidade, produzem desafios permanentes que exigem respostas constantes ao engajamento do corpo académico se quisermos manter os objectivos que levaram à criação deste tipo de instituições.

### **As Instituições de Ensino Superior como motores de mudança**

As mudanças económicas e políticas globais que afectaram o continente africano depois de meados da década de 80 repercutiram-se directamente nas áreas sociais, afectando o sector da educação. A redução de fundos institucionais para a pesquisa e a dependência crescente de financiamentos externos não só condicionaram e moldaram a produção de conhecimento como promoveram a individualização e a informalização da pesquisa e conduziram estas instituições a um declínio gradual.

Em Moçambique, à semelhança do que referimos para o resto do continente, as instituições de ensino superior têm enfrentado adversidades que constroem os objectivos para que foram criadas. Elas devem no entanto continuar a ser socialmente responsáveis pela manutenção do bem-estar público, pelo que cabe ao intelectual engajado prosseguir o processo de procura de soluções para que as Instituições de Ensino Superior garantam a protecção dos direitos ligados à liberdade de criar e disseminar conhecimento, apartando-se do modelos que as colocam como simples reprodutoras de conhecimento.

A luta contra a letargia que afecta os estudantes e o corpo académico das universidades, deve ser estimulada e intensificada, se quisermos que as IES cumpram a sua Missão em lugar de contribuírem para a erosão de uma liberdade académica que deve ser crítica e construtiva. Se retomarmos Cabral, Mondlane e Bragança sobre a importância de uma análise que não pode ignorar a realidade, ser-nos-á mais fácil a partir de Si, ou seja, de dentro, avaliar a situação presente e as fraquezas que conduziram o ensino superior a uma crise institucional, quer do ponto de vista de políticas públicas quer do posicionamento dos académicos.

Para que a educação e a ciência possam realmente ocupar um lugar privilegiado como motores de mudança no processo de luta contra a 'vulnerabilização' cada vez mais patente dos países Africanos aos impactos das mudanças globais, não podemos descurar os aspectos acabados de referir e a necessidade de interrogar o futuro procurando respostas viáveis.

## Notas

1. A primeira versão deste texto foi submetida à XIIIª Assembleia Geral do CODESRIA realizada em Marrocos, em 2011, e foi posteriormente aceite para publicação em língua inglesa, depois de algumas alterações, em: Meneses, Khan e Bertelsen (eds.) *Mozambique on the Move. Interdisciplinary Challenges and Reflections* (no prelo).
2. Celebração dos 50 anos das independências Africanas.
3. Entre outras figuras de destaque, estiveram presentes a este encontro: Kwame Nkrumah (Ghana); Jukius Nyerere (Tanzania); Gamal Abdel Nasser (Egipto); Ahmed Sejou Touré (Guiné); Modibo Keita (Mali), e Ferhat Abbas (Argélia).
4. A Assembleia Constitutiva da CONCP que reuniu representantes de Cabo Verde, Guiné-Bissau, Angola, Moçambique, S.Tomé e Príncipe, bem como delegados de movimentos 'pró-libertadores' e partidos políticos de Goa, elegeu um secretariado composto por proeminentes figuras de nacionalistas que distinguiram os processos de libertação das colónias Portuguesas. Destacam-se aqui nomes como Mário Pinto de Andrade (Angola), Marcelino dos Santos (Moçambique) e Aquino de Bragança (Goa). Em 1961, com a mudança da situação política em Goa, Aquino de Bragança assume a sua luta no contexto das então colónias portuguesas em África, optando pela nacionalidade Moçambicana, depois que este país se tornou independente, em 1975.

5. Lembrando que as universidades são por excelência, centros de produção de saber e que e que em alguns destes países, por alturas das independências nacionais havia apenas uma universidade.
6. À semelhança do que foi também defendido por Paulin Hountonji (1995).
7. Lourenço do Rosário, académico e reitor da primeira universidade privada instalada em Moçambique.
8. A. Swayerr, foi Presidente da Associação de Universidades Africanas e do CODESRIA-Conselho para o Desenvolvimento das Ciências Sociais em África, tendo produzido e publicado várias reflexões sobre ensino superior e pesquisa.
9. Exemplos desses esforços são os Seminários para discutir resultados de pesquisa que se realizam anualmente na Faculdade de Letras e Ciências Sociais da Universidade Eduardo Mondlane, bem como os programas semanais de discussão que o Departamento de Arqueologia e Antropologia e o Centro de Estudos Africanos da mesma universidade realizam com regularidade.

## Referências

- Ake, C., 1994, 'Liberté Académique et Base Matérielle', in M., Mamdani and M., Diouf, eds., *Liberté académique en Afrique*, Dakar : CODESRIA, pp.19-30.
- Aissié-Lumumba, N., 2005, 'Critical Perspectives on the Crises, planned Change and the Prospects for Transformation in African Higher Education'. *Journal of Higher Education in Africa*, Vol.3 nº3. pp. 1-30
- Bragança, A., e Depelchin, J., 1986, 'Da Idealização da Frelimo à Compreensão da História de Moçambique', *Estudos Moçambicanos*, Nos. 5/6, pp. 29-52.
- Cabral, A., 1978, 'O papel da cultura na luta pela independência', in Bragança, A., e Wallerstein, E. orgs., *Quem é o inimigo?* Lisboa: Iniciativas Editoriais, pp. 313-333.
- Cruz e Silva, T., 2000, 'O papel do Centro de Estudos Africanos da Universidade Eduardo Mondlane, no Desenvolvimento das Ciências Sociais em Moçambique e no contexto da Região'. Comunicação apresentada ao *Seminário Nacional de Ciência e Tecnologia*. Maputo, 4,5 e 6 de Outubro de 2000.
- Cruz e Silva, T., 2005, 'Instituições de Ensino Superior e Investigação em Ciências Sociais', in Cruz e Silva, T., Araújo, M.G., e Cardoso, C., eds., *Lusofonia em África: História, Democracia e Integração Africana*, Dakar: CODESRIA, pp. 33-44.
- Cruz e Silva, T., 2010 a), 'O Público o Privado e o Papel Social das Universidades em África', CODESRIA: *Série de Conferências Públicas* nº 7.
- Cruz e Silva, T., 2010 b), 'The Global and Local Limitations on Academic Freedom in Africa: Public Higher Education institutions in Mozambique'. Comunicação apresentada ao *International Conference: Academic Freedom and the Social Responsibility of Academics and Researchers in Africa: What are the new challenges?* Oran, Argélia, 9-11 Março 2010.
- Hountonji, P., 1995, 'Producing Knowledge in Africa Today'. The Second Bashorum M.K. Abiola Distinguished Lecture, *African Studies*, Vol.38, No. 3, pp.1-10.
- Khelfaoui, H., 2009, 'The Bologna Process in Africa: Globalization or Return to "Colonial Situation"?' *Journal of Higher Education in Africa*, Vol. 7, N°s. 1 e 2, pp.21-38.

- Khelfaoui, H., 2010, 'Algérie: le rapport savoir-pouvoir ou le rêve avorté de la différenciation par le savoir'. Comunicação apresentada em : *International Conference: Academic Freedom and the Social Responsibility of Academics and Researchers in Africa: What are the new challenges?* Oran, Argélia, 9-11 Março 2010.
- Lopes, C., 2004, 'O Legado de Amílcar Cabral face aos desafios da época contemporânea.' *Nô Pintcha* No. 1899, de 05 de Outubro de 2006. [http://www.didinho.org/legado\\_de\\_amilcar\\_cabral\\_face\\_ao.htm](http://www.didinho.org/legado_de_amilcar_cabral_face_ao.htm) , 22/11/2010.
- Lopes, C., 2011, *Desafios contemporâneos da África: o legado de Amílcar Cabral*. S.Paulo: UNESP.
- Martins, Z., 2011, *Moçambique está longe de massificar o ensino superior*.<http://www.portaldogoverno.gov.mz/noticias/educacao/abril-2011/mocambique-esta-longe-de-massificar-o-ensino-superior/> 11/09/ 2011.
- MESCT, 2004, *Dados Estatísticos do Ensino Superior e Instituições, 2003*. Maputo: Observatório do Ensino Superior Ciência e Tecnologia. <http://www.mesct.gov.mz/docs/Indica03.pdf>. 19/04/2005.
- MESCT, 2005, *Instituições de Ensino Superior em Moçambique*. <http://www.mesct.gov.mz/docs/listaies.pdf>. Acessado a 19/04/2005.
- Mondlane, E., 1995, [1969], *Lutar por Moçambique*. Maputo: CEA. Coleção Nosso Chão.
- Rosário, L., 2012, 'Universidades Moçambicanas e o Futuro de Moçambique', in Brito L., et al., *Desafios para Moçambique 2012*. Maputo: IESE, pp. 89-101.
- Santos, B. S., 2012 'Aquino de Bragança: criador de futuros, mestre de heterodoxias, pioneiro das epistemologias do Sul', in Cruz e Silva, T.; Coelho, J. P. B., e Souto, A., Orgs., *Como fazer ciências sociais e humanas em África: Questões epistemológicas, metodológicas, teóricas e políticas (textos do colóquio em homenagem a Aquino de Bragança)*. Dakar: CODESRIA, pp. 13-61.
- Shivji, I., 2005, 'The rise, the fall and the insurrection of nationalism in Africa', in Arudoyieke, F. ed., *East Africa: in search of national and regional renewal*. Dakar: CODESRIA, pp. 11-25.
- Swayerr, A., 2004, 'Challenges Facing African Universities: selected issues', *African Studies Review*, Vol. 47, No. 1, pp. 1-59.
- Swayerr, A., 2004b), 'African Universities and the Challenge of Research Capacity Development'. *Journal of Higher Education in Africa*. vol.12, 1, pp. 213-242.
- Tamba, M., 2009, 'La recherche à la Faculté des lettres et sciences humaines de l'Université Cheikh Anta Diop de Dakar : bilan de 50 ans d'activités'. *Journal of Higher Education in Africa*. Vol. 7, No. 3, 2009, pp. 105-123.

